

A alteridade animal em Machado de Assis

Da crónica ao conto

Pedro Craveiro

* UC Santa Barbara / pedrocraveiro@ucsb.edu

Resumo: A crónica e o conto de Machado de Assis relevam a alteridade animal. Tendo em vista o conjunto de textos a analisar, este artigo propõe demonstrar como o animal, enquanto tema e formulado como um *outro*, leva Machado de Assis a abrir espaço para questões urgentes e para a desconstrução de preconceitos. Ao mesmo tempo que inteligentemente o faz, Machado de Assis desafia o nosso entendimento e os nossos limites, enquanto humanos.

Palavras-Chave: Machado de Assis; Animal; Crónica; Conto.

* Ph.D. Candidate, UC Santa Barbara, Department of Spanish and Portuguese, EUA.
ORCID: [<https://orcid.org/0000-0003-3999-5837>]

*L'animal n'est pas seulement un organisme qui fait quelque chose,
mais un organisme qui est virtuellement capable de faire
plus de choses que ce qu'il fait.*
— Dominique Lestel

*Para que não imponhamos a outras espécies
aquilo que não gostamos que nos imponham a nós
torna-se necessário um acréscimo de responsabilidade
para com ela e para com o espaço que todos habitamos,
responsabilidade essa que, afinal, representa
o traço distintivo da nossa própria espécie.*
— Cristina Beckert

1. O animal na crónica

Em *Noções de História das Literaturas* (1940), Manuel Bandeira afirma que a crónica para a imprensa de Machado de Assis é uma face importante da sua obra (p. 318). Publicadas originalmente nos periódicos do Rio de Janeiro até 1897, as crónicas ocupam uma parte notável do espólio machadiano. Massaud Moisés acrescenta que a crónica de Machado de Assis não só “mergulha no passado com velocidade semelhante à de qualquer notícia estampada de jornal” (2001, p. 110), como também “faz moralismo, ou filosofia moral” (2001, p. 113). Por esta razão, as crónicas de Machado de Assis ajudam-nos a entender o sabor de crónica que os contos machadianos apresentam (cf. Moisés, 2001; Coutinho, 1975) e a ter uma visão mais completa do sistema filosófico de Machado de Assis. Neste sentido, concentro a minha atenção no *moralismo* e na *filosofia moral* que a crónica machadiana aporta, sobretudo no que ao animal¹ diz respeito. Como exemplos de análise, apresento “Carnívoros e vegetarianos”,² “Touradas”,³ “Direitos dos burros”⁴ e “Crônica dos burros”.⁵

Em “Carnívoros e vegetarianos”, o autor refere-se a um acontecimento semanal,⁶ a greve de açougueiros, em março de 1893, por causa da qual “(...) quase todos os açougues amanheceram sem carne.” (1959, p. 602). O acontecimento leva o narrador a chamar a família e a discorrer acerca da superioridade do vegetal sobre o animal, de maneira que deveriam aproveitar a ocasião para

¹ A título de esclarecimento, o uso da palavra *animal* ao longo deste texto referir-se-á sempre ao animal não-humano.

² Publicada a 5 de março de 1893 na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro.

³ Publicada a 15 de março de 1877 na revista *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro.

⁴ Publicada a 10 de junho de 1894 na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro.

⁵ Publicada a 16 de outubro de 1892 na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro.

⁶ Em *narradores de Machado de Assis: a seriedade enganosa dos cadernos do conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a simulada displicência das crônicas (Bons dias! e A semana)*, Gabriela Kvacek Betella argumenta que o acontecimento semanal com que Machado de Assis abre as suas crónicas são exórdios que “(...) cumprem sua função destacada como unidade temática, na maioria das vezes encerrando aforismos baseados no contraste.” (2007, p. 197).

“(...) adotar o são e fecundo princípio vegetariano.” (1959, p. 603). De acordo com o cronista, as ervas santas e puras não têm sangue, não berram nem esperneiam, quando lhes tiram a vida. (1959, p. 603). Servindo-se da ironia, o narrador indica que o paraíso cristão é definido pelo vegetarianismo e que o fruto proibido é precisamente a carne. É claro que Machado de Assis quer contrastar os conceitos de “carnívoro” e “vegetariano” e reconhecer a violência no ato de comer carne. Ainda que o narrador admita ser carnívoro, vale a pena apontar que apenas o é por uma questão de educação: “Criaram-me a carne, mais carne, sempre carne. Quando cheguei ao uso da razão e organizei o meu código de princípios, incluí nêlo o vegetarianismo.” (1959, p. 602). O escritor vê o vegetarianismo como nobreza de caráter e desapego material (cf. Libanori, 2019).⁷ Da mesma forma, o narrador reitera que “a arte disfarça a hediondez da matéria. O cozinheiro corrige o talho. Pelo que respeita o boi, a ausência de um vulto inteiro, faz a gente esquecer que come um pedaço de animal” (1959, p. 602), articulando já nesse tempo o que hoje se denomina por “referente ausente.” Discutido por Carol J. Adams,⁸ em *The Sexual Politics of Meat* (2015), o conceito explica o descaso das pessoas em relação aos animais que, depois do processo de retalhamento, são transformados em bifês, costelas, alcatra, entre outros. Tais designações da carne animal disfarçam o facto de que se trata de um animal segmentado que morreu contra a sua vontade e, na maioria das vezes, criado em condições lamentáveis:

Behind every meal of meat is an absence: the death of the animal whose place the meat takes. The “absent referent” is that which separates the meat eater from the animal and the animal from the end product. The function of the absent referent is to keep our “meat” separated from any idea that she or he was once an animal, to keep the “moo” or “cluck” or “baa” away from the meat, to keep something from being seen as having been someone. Once the existence of meat is disconnected from the existence of an animal who was killed to become that “meat,” meat becomes unanchored by its original referent (the animal), becoming instead a free-floating image, used often to reflect women’s status as well as animals’. Animals are the absent referent in the act of meat eating; they also become the absent referent in images of women butchered, fragmented, or consumable. (2015, pp.43-44).

⁷ A Alemanha, no século XIX, teve um papel importantíssimo na difusão do vegetarianismo. Georg Friedrich Daumer (1800-1875), Gustav von Struve (1805-1870) e Eduard Baltzer (1814-1887) são figuras importantes neste contexto, sobretudo Baltzer que foi o fundador da primeira sociedade alemã promotora do vegetarianismo (*Deutscher Verein für Natürliche Lebensweise*) em 1867. Muito possivelmente, Machado de Assis estaria a par do movimento vegetariano não só na Alemanha, mas um pouco em toda a parte como nos Estados Unidos com Johnny Appleseed (1774-1845), Amos Bronson Alcott (1799-1888), William Metcalfe (1788-1862), Sylvester Graham (1794-1851) e Ellen G. White (1827-1915). Internacionalmente, a primeira sociedade vegetariana (*Vegetarian Society*) foi fundada em 1847 no Reino Unido.

⁸ Adams (1951) é uma escritora e ativista formada em Teologia pela Universidade de Yale, New Haven, Connecticut. A sua linha de investigação centra-se no feminismo, vegetarianismo, direitos animais, raça, entre outros.

Para além disso, para a maioria dos seres humanos, conforme Peter Singer enfatiza, “o contacto mais direto com os animais não-humanos ocorre nas refeições, quando os comem.” (2013, p. 139).⁹

O cronista que se vê como “carnívoro por educação e vegetariano por princípio”, é também o mesmo que em “Touradas” repudia o sofrimento imposto ao animal: “O certo é que se eu quiser dar uma descrição verídica da tourada de domingo passado, não poderei, porque não a vi. (...) Não sou homem de touradas; e se é preciso dizer tudo, detesto-as.” (1959, p. 395). Neste texto, Machado de Assis discute o sofrimento infligido ao boi durante as touradas e anuncia a sua afiliação sentimental a todas as sociedades protetoras de animais, iterando que

o primeiro homem que se lembrou de criar uma sociedade protetora dos animais lavrou um grande tento em favor da humanidade; mostrou que este galo sem penas de Platão pode comer os outros galos seus colegas, mas não os quer afligir nem mortificar. (1959, p. 396).

Para Machado de Assis, a questão passa por reconhecer o animal como um *outro* com dignidade e direitos,¹⁰ como atesta o diálogo entre o narrador e o amigo que compara a tradição espanhola de matar o touro com o costume ligeiro de apenas se irritar, se atacar e se esquivar do touro, no Rio de Janeiro. Tal afirmação leva precisamente o cronista a rematar que “no fundo de cada amador de tourada inocente, há um amador de tourada espanhola. Começa-se por gostar de ver irritar o touro, e acaba-se gostando de o ver matar.” (1959, p. 396).

Vale a pena mencionar que, quando Machado de Assis escreveu esta crónica, não existia ainda, no Brasil, a União Internacional Protetora de Animais (UIPA),¹¹ que viria a ser fundada em 1895 e sediada em São Paulo. Ainda que

⁹ Ainda sobre o ato de comer animais, Singer assinala:

“Em geral, ignoramos os maus-tratos cometidos contra as criaturas vivas que estão por trás dos alimentos que ingerimos. (...) Compramos carne e aves em embalagens limpas de plástico. Quase não sangram. Não há porque associar essa embalagem a um animal vivo, que respira, caminha e sofre.” (2013, p. 140).

¹⁰ Em 1822, é aprovada a lei proposta por Richard Martin (1754-1834) no Reino Unido. A Lei do Tratamento Cruel do Gado (*Cruel Treatment of Cattle Act 1822*) prevenia o tratamento cruel dos bois, vacas, novilhos, ovelhas e outro gado. Foi uma das primeiras leis que se preocupou com o bem-estar animal. Esta lei foi mais tarde, em 1849, revogada pela Lei de Crueldade contra os Animais. (Cf. Krawczyk & Hamilton-Bruce, 2015).

¹¹ A UIPA é a associação civil mais antiga do Brasil. Ainda no fim do século XIX, a UIPA conseguiu em coordenação com a prefeitura de São Paulo a criação de depósitos para acolher animais errantes a fim de extinguir a prática de envenenamento. (Cf. Lei n.º 390 de 21 de março, Legislação Municipal, Prefeitura de São Paulo, 1899). Na primeira década do século XX, a UIPA fez pressão para que as touradas na Praça da República, em São Paulo, não se realizassem. Fizeram parte da UIPA nomes como Ignacio da Gama Cochrane (1836-1912), primeiro presidente da associação, Antonio Prado (1840-1929), Alcântara Machado (1901-1935), René Thiollier (1882-1968) e Anna Guttemberg, fundadora do Movimento Antivivisseccionista Brasileiro.

estas duas crónicas sejam brevíssimas, há sem dúvida um incómodo ético por parte do autor. Além disso, a crónica serve, neste sentido, como veículo de consciencialização sobre os direitos e o amparo dos animais num tempo em que estes temas não tinham a relevância atual.

Um exemplo flagrante, sobre o qual me debruço com mais detalhe, passa pelo texto “Direitos dos burros”. Dando voz a um burro, Machado de Assis relata o encontro inesperado com o animal a caminho do jardim. A crónica humorada e sarcástica é um exercício de maiêutica socrática. Este encontro com “um burro de carne e osso, mais osso que carne” (1959, p. 634) permite um diálogo franco e aberto entre o humano e o animal sobre os direitos dos burros e, amplamente, dos animais.

Começando por negar qualquer reverência e senhoria e alegando também que “nomes só se dão a cavalos, e quase exclusivamente a cavalos de corrida” (1959, p. 634), o burro compara a adulação dos cavalos na Inglaterra com os animais no Brasil e vê-se obrigado a pedir ao cronista que interceda pela classe inteira de jumentos e peça compaixão. Na verdade, quando o burro pede “alguma compaixão”, emendado pelo narrador como “justiça, justiça”, o que está em causa são precisamente as condições deploráveis a que os burros estavam sujeitos ao puxar carroças e bondes nesse tempo. O burro protagonista, leitor do jornal inglês *Truth*¹² e de outros, dá força às notícias e, em especial, às punições dadas àqueles que maltratam os animais nesse país:

- Ah! meu nobre amigo! Eu e os meus pedimos essa diferença, por maior que seja. Condenem a um mês ou a um ano os que tirem ovos ou dormirem na rua; mas condenem a cinqüenta ou cem mil réis aqueles que nos maltratam por qualquer modo, ou não nos dando comida suficiente, ou, ao contrário, dando-nos excessiva pancada. (...) O que o tal inglês acha pouco para punir os que são cruéis conosco, eu acho que é bastante. (1959, p. 635).

Desejando ser reconhecido como sujeito, o burro problematiza ao longo da crónica o facto de que a justiça dos homens é inconsistente. O burro poliglota e até poeta, a fim de marcar vincadamente o anseio de liberdade, recorre também a um conjunto de referências que vale a pena analisar:

- Ainda uma vez, respeitável senhor, cuide um pouco de nós. Foram os homens que descobriram que nós éramos seus tios, senão diretos, por afinidade. Pois, meu caro sobrinho, é tempo de reconstituir a família. Não nos abandone, como no tempo em que os burros eram parceiros dos escravos. Faça o nosso

Apenas 50 anos mais tarde, em 1943, haveria no Rio de Janeiro a Sociedade União Internacional Protetora dos Animais (SUIPA), da qual fez parte, por exemplo, Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) e Rachel de Queiroz (1910-2003).

¹² *Truth* foi um periódico inglês fundado em 1877 pelo diplomata e político Henry Du Pré Labouchère (1831-1912). Ainda que nas edições da Nova Aguilar de 1959 e 2004 se leia *Pruth*, trata-se de um erro tipográfico.

Treze de Maio. Lincoln dos teus maiores, segundo o evangelho de Darwin, expede a proclamação de nossa liberdade! (1959, p. 636).

A estratégia do burro é, neste sentido, notar não só a afinidade entre o burro e o ser humano recorrendo à teoria da evolução das espécies, mas também considerar o cronista como o Lincoln brasileiro, se este interceder pela sua classe. Tanto a referência ao presidente estadunidense Abraham Lincoln como a do 13 de maio¹³ apresentam um caráter político e reivindicativo, ou seja, que o homem reconheça o animal como um *outro* com direitos, passível de sofrimento e dor, e explorado para o bem-estar e proveito homem. Este *outro* também se refere alegoricamente ao escravo e ao liberto, tal como acontece na “Crônica de burros”. Conforme indica Elisangela Lopes, ambos, escravo e animal, serviram um sistema de produção como mão de obra, foram parceiros um do outro num aparelho destinado ao trabalho pesado a fim de mover a economia agrária brasileira (2010, p. 6). Para além disso, o burro deixa bem claro que o trabalho animal, neste caso de tração, serve uma lógica comercial segundo a qual, se a debilidade de um burro não gerar produtividade no trabalho, existe um tratamento ainda mais cruel:

– (...) não exijo cadeia para os nossos opressores, mas uma pequena multa e custas, creio que serão eficazes. O burro ama só a pele; o homem ama a pele e a bolsa. Dê-lhe na bolsa, talvez a nossa pele padeça menos. (1959, p. 635).

Convém assinalar que a alegoria, empregada por Machado de Assis (e outros autores), de que o animal é um escravo, está presente em revistas da época como, por exemplo, a *Zoophilo Paulista*¹⁴ (Figura 1), onde se pode ler “Houve um 13 de Maio para a outrora desgraçada raça negra — A abolição da escravatura animal terá também seu dia!”:¹⁵

¹³ No dia 13 de maio de 1888, após dias de votações e debates no Congresso brasileiro, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, decretando a libertação dos escravos.

¹⁴ Revista editada pela UIPA. Lançada em 1919 com periodicidade mensal e distribuída principalmente no estado de São Paulo, a *Zoophilo Paulista* tinha como primeiro objetivo sensibilizar a população e o poder público na proteção dos animais. (Cf. Ostos, 2017).

¹⁵ Sobre esta alegoria, destaco as palavras de Lopes:

“Faz-se necessário destacar, apesar de evidente, que a aproximação entre o burro e o escravo, nas duas crônicas, não está calcada em um tom pejorativo capaz de desvalorizar o negro, ao contrário do que ocorria no senso comum, nos discursos favoráveis à escravidão e na literatura de tese, produzida à época. Ao aproximar o burro e o escravo, Machado de Assis reveste aquele de aspectos positivos: o domínio da linguagem, a capacidade de análise, a reflexão social e política, o dom da oratória, a sabedoria. Ao construir a alegoria dos escravos na figura dos burros, o escritor proporciona que o sistema escravocrata seja desvelado pela voz do cativo.” (2010, p. 8).

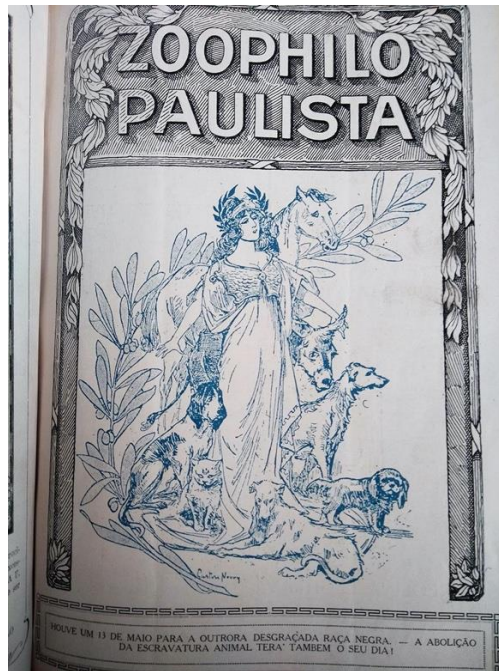


Figura 1. Desconhecido, *Zoophilo Paulista*, s/d. São Paulo.

Fonte: <http://www.uipa.org.br/sobre-a-atuacao-da-uipa-no-inicio-do-seculo-xx/>

Não há dúvida de que este burro machadiano é um pensador do sistema político-social, inteligente ao ponto de ver a imprensa e o seu intermediário, o narrador cronista, como delatores capazes de mitigar os maus-tratos infligidos à sua classe. Ao mesmo tempo, este burro, aos olhos do narrador, é visto como um *outro* cuja voz reitera um imperativo ético – “alguma compaixão”, isto é, um sujeito com direitos e tratado com dignidade.

Esta questão e este imperativo ético são indagados ainda com mais detalhe na “Crônica dos burros”. A história passa-se num bonde puxado por dois burros a caminho da Lapa, no Rio de Janeiro. Ao abrir a crônica, o narrador começa por delinear o encontro entre o bonde de tração e o bonde elétrico, destacando o ar altivo do cocheiro do segundo bonde. Já na solidão do bonde com apenas o cocheiro e o condutor, o cronista escuta o diálogo entre o burro da esquerda e o burro da direita. O entendimento entre o humano e o animal é apenas possível através do pouco conhecimento que o narrador tem da língua dos cavalos sábios, os Houyhnhnms. Usando como referência *As Viagens de Gulliver* (1726) de Jonathan Swift, há, sob pena do cronista, um paralelo evidente entre os Houyhnhnms e os humanoides selvagens, os Yahoos, com os burros e os humanos.

A conversa entre os dois burros é uma discussão político-filosófica. Aliás, os adjetivos “esquerda” e “direita” remetem-nos para o espectro político. Se o burro da esquerda vê o advento da eletricidade como uma oportunidade de emancipação da espécie, o burro da direita tem as suas reservas e, em certos momentos, revela-se cético:

O da esquerda:

- Desde que a tração elétrica se estenda a todos os *bonds*, estamos livres, parece claro.

- Claro parece; mas entre parecer e ser, a diferença é grande. Tu não conheces a história da nossa espécie, colega; ignoras a vida dos burros desde o começo do mundo. Tu nem refletas que, tendo o salvador dos homens nascido entre nós, honrando a nossa humildade com a sua, nem no dia de Natal escapamos da pancadaria cristã. Quem nos poupa no dia, vingá-se no dia seguinte. (1959, 578).

Enquanto o burro da esquerda se apoia na aparência dos factos e estabelece uma relação de causa-efeito nos seus argumentos, o burro da direita demonstra uma visão crítica e forte capacidade de análise:

- O bonde elétrico apenas nos fará mudar de senhor.

- De que modo?

- Nós somos bens da companhia. Quando tudo andar por arames, não somos já precisos, vendem-nos. Passamos naturalmente às carroças.

- Pela burra de Balaão! exclamou o burro da esquerda. Nenhuma aposentadoria? Nenhum prêmio? Nenhum sinal de gratificação? Oh! Mas onde está a justiça deste mundo?

- Passaremos às carroças – continuou o outro pacificamente – onde a nossa vida será um pouco melhor; não que nos falte pancada, mas o dono de um só burro sabe mais o que lhe custou. Um dia a velhice, a lazeira, qualquer coisa que nos torne incapaz, restituir-nos-á a liberdade...¹⁶ (1959, p. 578).

As observações feitas pelo burro da direita, ainda que não entendidas imediatamente pelo burro da esquerda, são também baseadas na sua experiência, assente num certo fatalismo e resignação: a chegada do bonde elétrico não representa a liberdade da espécie, porque os burros são “bens de companhia”, havendo outros trabalhos onde o esforço animal pode ser aplicado. Tal referência sugere o sistema escravagista, no qual o escravo era uma transação e uma propriedade (cf. Lopes, 2010). Além disso, o burro da direita insinua que até a

¹⁶ Vale a pena mencionar a crônica de 19 de maio de 1888, publicada em *Bons Dias!*, onde Machado de Assis aborda com fina ironia a questão da abolição da escravatura que ocorrera a 13 de maio do mesmo ano. Resumidamente, a crônica relata a alforria de Pancrácio, no dia 7 de maio. Porém, mesmo depois de receber a sua liberdade e de ter decidido trabalhar livremente para o mesmo Senhor daquela casa, Pancrácio continua a ser tratado como um escravo com petelecos, pontapés e puxões de orelha: “Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe bêsta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas tôdas que êle recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.” (1959, p.520).

própria liberdade da espécie levaria os burros à fome e, conseqüentemente, à morte:

- Pode ser, meu colega, mas a esperança é própria das espécies fracas como o homem e o gafanhoto; o burro distingue-se pela fortaleza sem par. A nossa raça é essencialmente filosófica. Ao homem que anda sobre dois pés, e provavelmente à águia, que voa alto, cabe a ciência e a astronomia. Nós nunca seremos astrónomos. Mas a filosofia é nossa. Todas as tentativas humanas a este respeito são perfeitas quimeras. (1959, p. 579).

Nas palavras do burro da direita, a filosofia pertence aos burros, enquanto ao homem pertence a ciência e a astronomia. As reflexões do burro da direita vão ao encontro da ideia de Marco Túlio Cícero, em *Discussões Tusculanas* (45 a.C.), de que filosofar não é outra coisa senão preparar-se para a morte.¹⁷

A partir destas quatro crónicas, chega-se à conclusão de que Machado de Assis abre espaço na sua crónica para que o animal, que sempre serviu como símbolo opositor do homem, converse com o humano sem qualquer ressalva. Nas duas primeiras crónicas, embora se trate de atitudes éticas e morais, Machado de Assis interpela o ato de comer carne e a tourada sob a alçada da tradição precisamente para problematizar o quesito animal e formulá-lo como um *outro* revestido de direitos e dignidade. Isto é, Machado de Assis deixa bem claro que os nossos direitos estão vinculados à noção de sujeito. Por sua vez, os animais, como não são reconhecidos como sujeitos, não possuem direitos. Esta proposição machadiana sugere pensar o animal de forma inovadora e debater no seu espaço como cronista as relações entre o homem e o animal.

Nas duas últimas crónicas, Machado de Assis traz à baila o burro filósofo e, sobretudo, faz uso paródico da fábula.¹⁸ O animal não serve, de acordo com Maria Esther Maciel, para a edificação humana nem é antropomorfizado. O animal aparece como “animais-animais que expressam o que o autor imagina que fariam se pudessem fazer uso da linguagem verbal” (Maciel, 2016, p. 74). Não há dúvida de que este recurso paródico não tem apenas um propósito crítico em relação à humanidade, mas também destaca possíveis pensamentos e inquietações próprias dos seres não-humanos (Maciel, 2016, p. 74).¹⁹ O narrador pretende, desta forma, relevar a subjetividade animal. Assim, tendo em vista estas

¹⁷ “Tota enim philosophorum vita, ut ait idem, commentatio mortis est.” (I, XXX, 74). Na verdade, toda a vida dos filósofos é, como diz Sócrates, uma preparação para a morte. (Tradução minha). Esta proposição é também explorada no ensaio “Que filosofar é aprender a morrer” de Michel Montaigne. (Cf. Montaigne, 2010).

¹⁸ Sobre a fábula, Jacques Derrida comenta que “Seria preciso sobretudo evitar a fábula. A fabulação, conhecemos sua história, permanece um amansamento antropomórfico, um assujeitamento moralizador, uma domesticação. Sempre um discurso do homem sobre o homem, para o homem.” (2002, p. 70).

¹⁹ Um exemplo abundante deste recurso ficcional e de subjetividade animal é o conto “Conversa de bois”, de Guimarães Rosa, em *Sagarana* (1946).

crônicas, o que interessa a Machado de Assis não é utilizar o animal como metáfora nem como fábula; o que interessa é escrever sobre o animal e apresentá-lo para desafiar o nosso entendimento e os nossos limites. Ao mesmo tempo que inteligentemente o faz, postula a necessidade de legislação para o tratamento não-cruel dos animais. Esse tratamento pode passar pelo vegetarianismo, pela abolição das touradas ou pelo reconhecimento dos animais como sujeito e com direitos.

2. O animal no conto filosófico

Uma das grandes singularidades do conto de Machado de Assis é a capacidade como o escritor manuseia recursos bastante diversos sem nunca esgotar o gênero. Antonio Olinto, aliás, reforça esta noção ao dizer que “o conto adquiriu em Machado, um tom diferente, num estilo só dele, sóbrio, paciente, irônico, dando a impressão de que está presente, avaliando o leitor de seu conto.” (2005, p. 46). Vale também a pena lembrar as palavras de Élide Valarini Oliver quando explica que o conto machadiano tem forte implicação aristotélica:

Usando cuidadosamente o exemplo da tragédia no teatro, não há como separar a concepção de Machado da de Aristóteles. Literatura não é cópia da realidade, apontando ou mostrando suas patologias, ensinando lições ou aventando hipóteses, mas sim *convencer* e *comover* a partir de uma construção interna da obra que tenha força própria e que se justifique a partir de si mesma, sendo, portanto, autossuficiente. É assim que Machado entende o mundo *moral* da literatura. (Valarini Oliver, 2012, p. 27).

O conto para Machado de Assis, sobretudo o filosófico,²⁰ cumpre *convencer* e *comover*, tornando-se um organismo vivo. Assim, os contos de Machado de Assis tendem a problematizar temas incisivos, por vezes fraturantes, alegóricos, com forte reflexão, levando o leitor a pensar atenta e profundamente: “A sua complexidade [a do conto] é uma fonte de prazer e convite à reflexão que se renovam a cada momento.” (Moisés, 2001, p 115).²¹

²⁰ Reitero a ideia de Valarini Oliver: “Embora a conclusão filosófica fique a cargo do leitor, como os rastros de perfume que deixam atrás de si certos passantes, Machado fornece, muitas vezes, através do narrador ou à revelia dele, os elementos filosóficos ou morais que concluem a estória.” (2012, p. 130).

²¹ Sobre a relação entre o conto e a crônica machadianas, Moisés enfatiza que o olhar machadiano é “instrumentado por uma imaginação educada num decoro de clássicas ressonâncias, enxerga o para-além das aparências, ambigüidade das trocas sociais, reflexo dos mistérios insondáveis da alma humana e indicativo dum realismo interior, reflexivo, analítico.” (Moisés, 2001, p. 118). Afrânio Coutinho também diz que “muitos assuntos observados no cotidiano, recolhidos na leitura do *fait divers* dos jornais iriam servir-lhe como material para crônicas, depois desdobrados em contos ou introduzidos nos romances, perdendo-se no caminho como realidade e ganhando em inatingível artístico, através de diversos estratos de significado.” (1975, p. 211).

Voltando à questão em análise e dando seguimento ao que se observou na crônica machadiana, o que importa é entender como é formulado o animal no conto machadiano, que reflexões, que “elementos filosóficos ou morais” o conto aporta, sobretudo no que à alteridade animal diz respeito. Por questões de espaço, apenas concentro a minha atenção no “Conto alexandrino”, por entender que esta narrativa é um exemplo apurado da morfologia machadiana e por ancorar a alteridade animal de uma maneira sem-par.

Situando grande parte da narrativa na antiga cidade de Alexandria e num tempo distante, que nos remete para a época da corte de Ptolomeu, o conto gira em torno da teoria de Stroibus,²² questionando a legitimidade da vida animal em prol de uma suposição científica:

Às vezes, por divergência de apreciação, eram obrigados a escarpelar maior número de ratos do que o necessário; mas não perdiam com isso, porque o sangue dos excedentes era conservado e ingerido depois. Um só desses casos mostrará a consciência com que eles procediam. Pítias observara que a retina do rato agonizante mudava de cor até chegar ao azul claro, ao passo que a observação de Stroibus dava a cor de canela como o tom final da morte. Estavam na última operação do dia; mas o ponto valia a pena, e, não obstante o cansaço, fizeram sucessivamente dezenove experiências sem resultado. (2004, p. 413).

Ao longo do conto, observa-se que tanto Pítias como Stroibus estão absorvidos por uma premissa hipotética, encarnando até uma espécie de fundamentalismo científico. É impossível não perguntar, ao longo da leitura, se é legítimo matar animais em nome de uma teoria, em nome da ciência. O narrador inclusive parece aderir ao ponto de vista de Stroibus e Pítias, dissimulando uma certa ignorância em relação ao sofrimento em causa e pela causa. Contudo, apercebe-se, mais tarde, que tal fingimento vem expor o horror dessa atitude científica. Não é por acaso que a sociedade de Alexandria, após os experimentos malogrados, interpela os sábios sobre a licitude desses ensaios:

A descrição exagerada das experimentações deu rebate à porção sentimental da cidade, e excitou a loqüela de alguns sofistas; mas o grave Stroibus (com brandura, para não agravar uma disposição própria da alma humana) respondeu que a verdade valia todos os ratos do universo, e não só os ratos, como os pavões, as cabras, os cães, os rouxinóis, etc.; que, em relação aos ratos, além de ganhar a ciência, ganhava a cidade, vendo diminuída a praga de um

²² Em *Variações sob a mesma luz: Machado de Assis repensado*, Valarini Oliver aponta que “a premissa na qual o *sábio* Stroibus apoia a sua doutrina, o da verdade imortal, é uma paródia ao Platonismo.” (2012, p. 170).

animal tão daninho; e, se a mesma consideração não se dava com outros animais, como, por exemplo, as rolas e os cães, que eles iam escarpelar daí a tempos, nem por isso os direitos da verdade eram menos imprescritíveis. A natureza não há de ser só a mesa de jantar, concluía em forma de aforismo, mas também a mesa da ciência. (2004, p. 414).

O argumento de Stroibus traduz três pontos essenciais da crítica machadiana: a ausência de limites morais no uso dos animais, a arbitrariedade desses experimentos e a vivissecção animal como procedimento dispensável. (Cf. Libanori, 2019). A verdade científica tem, de acordo com as palavras de Stroibus, muito mais valor do que a vida animal, que neste sentido deve ser sacrificada, conforme traduz o adágio final. Desta forma, Stroibus e Pítias sublinham o mote do cientista alienado, que propõe novos modelos e inusitadas teorias, como se pode ler em outros contos machadianos tais como “O capitão Mendonça” (1870), “O alienista” (1881-1882), “O segredo do bonzo” (1882), “A sereníssima república” (1882), “O lapso” (1883) e “Ex cathedra” (1884).²³

Se, por um lado, a tese de Stroibus consta absurda, sobretudo, quando se comprova a sua veracidade e o seu resultado positivo; por outro lado, há no conto machadiano um contexto histórico edificado que possibilita uma narrativa verosímil. Não é por acaso que a figura de Herófilo, anatomista grego, aparece e inverte a dinâmica da narração, aproveitando o argumento dos dois cientistas para mostrar o outro lado da moeda:

- Não, senhor; não quero estripar os ratos.
- Os cães? os gansos? as lebres?...
- Nada; peço alguns homens vivos.
- Vivos? não é possível...
- Vou demonstrar que não só é possível, mas até legítimo e necessário. As prisões egípcias estão cheias de criminosos, e os criminosos ocupam, na escala humana, um grau muito inferior. Já não são cidadãos, nem mesmo se podem dizer homens, porque a razão e a virtude, que são os dois principais característicos humanos, eles os perderam, infringindo a lei e a moral. Além disso, uma vez que têm de expiar com a morte os seus crimes, não é justo que prestem

²³ Volto às palavras de Valarini Oliver ao assinalar que:

“O ‘Conto Alexandrino’ vai além da sátira à ciência cujo antecessor e modelo é a Academia de Lagado na terceira viagem de Guliver, onde os experimentos variam entre outros em abrandar o mármore para fabricar almofadas ou desenvolver uma raça de ovelhas sem lã. O *modelo* desenvolvido nestas obras não é o de sátira à ciência, que seria simplório, superficial e de pouco interesse para o leitor (em geral) mais sofisticado que é o da sátira, mas de uma sátira à ciência divorciada da razão, da ética e de claras diretrizes de benefício ao ser humano. Uma ciência que trate o ser humano enquanto finalidade e não enquanto meio. Tanto em ‘A Causa Secreta’ quanto em ‘Conto Alexandrino’ a sátira é perpassada por uma sombra que sublinha esse tipo de perversão. O cientista ou filósofo é vitimado por uma paixão cega, louca, desmedida. No caso dos filósofos do ‘Conto Alexandrino’, Machado volta ao tema da loucura que havia arrebatado Quincas Borba, com o Humanitismo e o alienista do conto homônimo. Mas a nuance perversa é marcadamente horripilante, visto que nos contos acima referidos trata-se de vivissecção e tortura.” (2012, p. 116).

algum serviço à verdade e à ciência? A verdade é imortal; ela vale não só todos os ratos, como todos os delinqüentes do universo. (2004, p. 415).

Da mesma maneira que os filósofos convenceram Ptolomeu, o anatomista fá-lo utilizando a mesma estrutura de raciocínio. Agora é a vida humana que será experimentada para conveniência da doutrinação científica, não havendo qualquer impedimento ético. Cercado pelo discurso do médico grego, o leitor entende que Stroibus e Pítias serão parte de um estudo anatómico. Após a comprovação da teoria dos sábios cipriotas e dos próprios se tornarem ladrões, agora ambos são cobaias de laboratório pela mão humana. Stroibus e Pítias são objetificados e dolorosamente lançados ao princípio desumanizante da ciência²⁴:

Dito isto, começaram pela experiência das mãos, que produziu ótimos resultados, coligidos em livros, que se perderam com a queda dos Ptolomeus. Também as mãos de Pítias foram rasgadas e minuciosamente examinadas. Os infelizes berravam, choravam, suplicavam; mas Herófilo dizia-lhes pacificamente que a obrigação do filósofo era servir à filosofia, e que para os fins da ciência, eles valiam ainda mais que os ratos, pois era melhor concluir do homem para o homem, e não do rato para o homem. E continuou a rasgá-los fibra por fibra, durante oito dias. (2004, pp. 416-17).

Ao colocar o humano no centro da atitude científica, o leitor repensa o animal e repensar o animal e, por consequência, o experimento científico exige despir-se de preconceitos, sobretudo do especismo, conforme Peter Singer lembra: “Quando uma atitude está tão arraigada em nosso modo de pensar que a tomamos como verdade inquestionável, um sério e consistente desafio a ela corre o risco de cair no ridículo.” (2013, p. 270). Lúcia Granja reitera esta ideia ao inferir “Leitura correta, que poderia, ainda, nos levar a discutir de que maneira a litera-

²⁴ Vale a pena também mencionar que ainda hoje a vivissecção é permitida no Brasil, enquanto parte dos testes científicos. Evelyn Vânia Libanori, em “Literatura e ética animal no Brasil” relata que:

No Brasil, os ativistas se esforçam para que o país siga o exemplo dos países da União Europeia, mas estamos longe disso. Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei que visa restringir o uso de animais em experiências científicas. No entanto, isso não é visto ainda como uma conquista, pois o que os ativistas pedem é o fim de todos os testes e não algumas restrições. Nas universidades não há restrições quanto ao uso dos animais em experimentos científicos. Animais são o objeto de trabalho em várias áreas de ensino como ciências veterinárias, medicina, biologia, farmácia e psicologia. Entre as disciplinas nas quais os animais são usados estão anatomia, anestesiologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia, zoologia, cirurgia, neurocirurgia e urologia. Os animais mais comumente usados são ratos, cães, camundongos, gatos, coelhos e pássaros, e nas ciências veterinárias, ruminantes como vacas e ovelhas. Em 2005, foi criado o Conselho de Ética no Uso de Animais (CEUA) que estabelece critérios éticos para a utilização dos animais nos procedimentos de pesquisa. A atuação dos CEUA acontece no momento de proposta dos projetos de pesquisa. Não há possibilidade de que os Comitês fiscalizem se, de fato, as pesquisas seguem os critérios éticos propostos nos projetos. (2019, p. 187).

tura machadiana pensa contemporaneamente o progresso desenfreado da ciência, que, em nome de sua verdade, não considera a alteridade, numa relação não estranha aos mecanismos de quase invisibilidade do outro nas relações de poder.” (2009, p. 109). É claro que a identidade dos sábios se perde por completo na fala do anatomista, confirmando-se os laivos cáusticos de Machado de Assis, sobretudo, quando reafirma dilacerante a crítica na voz de um cão e de vários ratos: “- Século virá em que a mesma coisa nos aconteça.” Ao que retorquiu um rato: “Mas até lá, riamos!” (2004, p. 417).

Na verdade, o conto vai mais além dos pressupostos que Machado de Assis demonstrou nas crônicas anteriores, porém o conjunto explica com evidência uma prática que pensa o animal, a animalidade e a alteridade já no século XIX, quando o animal ainda não era uma preocupação ética como atualmente. A crítica de Machado de Assis é, neste contexto, contemporânea e a sua leitura imprescindível, pois problematiza o que hoje com bastantes avanços nesta matéria ainda se tenta esclarecer: como situar então o *outro* animal na nossa sociedade e que direitos lhes pertencem? Em simultâneo, é possível observar, através deste conto e também das crônicas anteriores, o diálogo com a filosofia de Arthur Schopenhauer em *Sobre a Vontade na Natureza* (1836) e *Sobre o Fundamento da Moral* (1850). Contrariamente a Immanuel Kant que entendeu que a vontade deriva da razão, Schopenhauer pensou que a vontade provém do corpo, reconhecendo desta forma que o homem e o animal possuem vontade:

Es así como lo esencial también lo constante, existiendo, por lo tanto, lo mismo en los animales que en nosotros, pues no depende, como el intelecto, de la perfección de la organización, sino que es, en esencia, la misma en todos los animales, lo conocido íntimamente por nosotros. Por esto es por lo que tiene el animal los afectos todos del hombre: placer, tristeza, temor, cólera, amor, odio, celos, envidia, etc., dependiendo la diferencia que entre los animales y el hombre media no más que en el grado de perfección del intelecto. (Schopenhauer, 2006, pp. 66-67).

Para Schopenhauer, esta vontade compõe a essência do mundo, existindo para além dos limites da razão.²⁵ Por este motivo, o animal possui os mesmos afetos que o homem. Em *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* (1789), Jeremy Bentham articula também esta noção ao concluir que “A questão não é ‘Eles são capazes de *raciocinar?*’, nem ‘Eles são capazes de *falar?*’, mas, sim: ‘Eles são capazes de *sofrer?*’”.

²⁵ Vale também a pena mencionar as contribuições de Michel Montaigne com “Da crueldade” e “Apologia de Raymond Sebond”.

Referências bibliográficas

Adams, C. (2015). *The sexual politics of meat: A feminist-vegetarian critical theory*. Nova Iorque, Estados Unidos: Bloomsbury Publishing Inc.

Assis, M. d. (1959). *Obra completa*, 3. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Nova Aguilar S.A.

--- (2004). *Obra completa*, 2. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Nova Aguilar S.A.

--- (2015). Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade. In L. Alves (Ed.), *Obra completa*, 3, (pp. 1177-1784).

Bandeira, M. (1940). *Noções de história das literaturas*. São Paulo, Brasil: Companhia Editora Nacional.

Bentham, J. (1974). Uma introdução aos princípios da moral e da legislação (Luís João Baraúna, Trans.). In Victor Civita (Ed.), *Pensadores*, 34 (pp. 7-74).

Betella, G. K. (2007). *Narradores de Machado de Assis: A seriedade enganosa dos cadernos do conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a simulada displicência das crônicas (Bons dias! e A semana)*. São Paulo, Brasil: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo e Nankin Editorial.

Coutinho, A. (1975). *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Distribuidora de Livros Escolares Ltda.

Cícero, M. T. (1927). *Tusculan disputations* (John Edward King, Trans.). Loeb Classical Library. Massachusetts, United States: Harvard University Press.

Derrida, J. (2002). *O animal que logo sou*. São Paulo, Brasil: Fundação Editora da UNESP (FEU).

Granja, L. (2009). Antes do livro, o jornal: "Conto Alexandrino". *Luso-Brazilian Review: Edição Comemorativa do Centenário da Morte de Machado de Assis*, 46(1), 106-114.

Krawczyk, V. K., & Hamilton-Bruce, M. A. (2015). The origins of compassion for animals: Legal privileging of non-wild animals in late georgian Britain. *Journal of International Wildlife & Law & Policy*, 18, no. 4: 322-36. DOI: <https://doi.org/10.1080/13880292.2015.1096161>

Lei no. 390 de 21 de março de 1899. Legislação Municipal. São Paulo, Brasil: Prefeitura de São Paulo. Retrieved from <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-390-de-21-de-marco-de-1899/consolidado>

Libanori, E. V. (2019). Literatura e ética animal no Brasil. *Revista Rile*, 179-198.

Lopes, E. A. (2010). Direitos e reflexões dos burros: a alegoria da liberdade em duas crônicas de Machado de Assis. *Darandina*, 2, 1-14.

- Maciel, M. E. (2016). *Literatura e animalidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Moisés, M. (2001). *Machado de Assis: ficção e utopia*. São Paulo, Brasil: Cultrix.
- Montaigne, M. (1987). *Ensaaios, 3* (Sérgio Milliet, Trans.). Brasília, Brasil: Editora Universidade Brasília.
- (2010). *Os ensaios* (Rosa Freire d'Aguiar, Trans.). São Paulo, Brasil: Penguin-Companhia das Letras.
- Olinto, A. (2005). Caminhos no conto brasileiro. *Revista Brasileira*, 44, 45-55.
- Ostos, N. S. (s.d.) Sobre a atuação da Uipa no início do século XX. UIPA | União Internacional Protetora dos Animais (2020). Retrieved from <http://www.uipa.org.br/sobre-a-atuacao-da-uipa-no-inicio-do-seculo-xx/>
- (2017). União internacional protetora de animais de São Paulo: Práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. *Revista Brasileira de História*, 37, no. 75, 297-318. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-13>
- Schopenhauer, A. (2001). *Sobre o fundamento da moral* (Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola, Trans.). São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- (2006). *Sobre la voluntad en la naturaleza* (Miguel de Unamuno, Trans.). Madrid, Espanha: Alianza Editorial
- Singer, P. (2013). *A libertação animal*. São Paulo, Brasil: WMF Martins Fonte.
- Swift, J. (2003). *Gulliver's travels*. Londres, Inglaterra: Penguin Books.
- (2017). *As viagens de Gulliver*. Lisboa, Portugal: Editora Guerra & Paz.
- Valarini Oliver, É. (2012). *Variações sob a mesma luz: Machado de Assis repensado*. São Paulo, Brasil: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo e Nankin Editorial.